



Artigo

**DIFICULDADES ENFRENTADAS POR MULHERES PRIVADAS DE
LIBERDADE FRENTE À REPRODUÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

**DIFFICULTIES FACED BY WOMEN DEPRIVED OF THEIR LIBERTY OVER
REPRODUCTION: AN INTEGRATIVE REVIEW**

Inna Beatriz Lopes Casimiro¹
Bruno Rafael da Silva Nascimento²
Kely Laine Barbosa de Brito²
Byanca Soares de Abrantes²
Ankilma do Nascimento Andrade Feitosa³
Yuri Charllub Pereira Bezerra⁴

RESUMO - A saúde é um direito fundamental de todo ser humano, sem discriminação de etnia, sexo, idade ou condição econômica, social e cultural, o que se aplica à saúde reprodutiva. Porém, as mulheres em conflito com a lei, com sua liberdade condicionada ao ambiente prisional enfrentam sérias dificuldades com relação ao seu direito de reprodução. A partir deste pressuposto, o presente estudo objetivou conhecer as dificuldades enfrentadas pelas mulheres privadas de liberdade quanto à reprodução. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura brasileira, identificando artigos publicados no recorte temporal 2012 a 2017, disponibilizados nas bases de dados: *Scientific Electronic Library Online*, Banco de dados em enfermagem e Literatura Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. Foram

¹ Enfermeira. Pós-Graduada em Enfermagem Saúde Pública. Faculdade Santa Maria. E-mail: rps-cefet@hotmail.com.

² Acadêmicos de Enfermagem da Faculdade Santa Maria – FSM.

³ Graduada em Enfermagem – FAZER, Licenciada em Enfermagem – UFPB, Especialista em Auditoria em Serviços de Saúde – FACISA, Mestre em enfermagem – UFPB, Doutora em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina do ABC – FMABC, Docente da Faculdade Santa Maria.

⁴ Docente da Faculdade Santa Maria. Enfermeiro pela Faculdade Santa Maria. Especialista em Obstetrícia pela Faculdade Santa Maria. Especialista em Saúde da Família pelas Faculdades Integradas de Patos. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Santa Maria. Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Católica de Santos.



Temas em Saúde

Edição especial



ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Artigo

identificados 27 estudos e após uma análise minuciosa, chegou-se a 10 artigos, compondo a amostra final. Os estudos incluídos na revisão foram analisados de forma sistemática em relação aos seus títulos, autores, ano de publicação, objetivos, métodos e resultados, permitindo que o leitor analise o conhecimento pré-existente sobre o tema investigado. Do material analisado, 70% têm quatro ou mais autores; 40% da amostra foi publicada em 2016, e 100% da amostra foram publicados em periódicos nacionais, sendo na sua totalidade na área da saúde. Dos quais, seis estudos qualitativos (60%); dois estudos quantitativos (20%); um relato de experiência (10%); e, um estudo quantiquantitativo (10%). A conclusão é que se percebe sérias violações da dignidade e dos direitos humanos, principalmente quanto ao processo saúde-doença/saúde reprodutiva e a relação entre problemas e necessidades de saúde da pessoa que se encontra privada de liberdade. Urge, portanto, divulgar e buscar solução para tais problemas no contexto carcerário.

Palavras-Chave: Saúde da mulher; Saúde Reprodutiva; Sistema Prisional.

ABSTRACT - Health is a fundamental right of every human being, without discrimination of ethnicity, sex, age or economic, social and cultural condition, which applies to reproductive health. However, women in conflict with the law, with their freedom conditioned to the prison environment, face serious difficulties regarding their right to reproduce. Based on this assumption, the present study aimed to know the difficulties faced by women deprived of their freedom in reproduction. It is an integrative review of the Brazilian literature, identifying articles published in the temporal cut from 2012 to 2017, available in databases: Scientific Electronic Library Online, Nursing Database and Latin American and Caribbean Literature on Information Sciences Health. Twenty-seven studies were identified and after a thorough analysis, 10 articles were included, composing the final sample. The studies included in the review were systematically analyzed in relation to their titles, authors, year of publication, objectives, methods and results, allowing the reader to analyze the pre-existing knowledge about the topic investigated. Of the analyzed material, 70% have four or more authors; 40% of the sample was published in 2016, and 100% of the sample was published in national journals, being in its entirety in the health area. Of these, six qualitative studies (60%); two quantitative studies (20%); an experience report (10%);



**DIFICULDADES ENFRENTADAS POR MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE
FRENTE À REPRODUÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Páginas 116 a 130



Artigo

and a quantitative study (10%). The conclusion is that serious violations of human dignity and rights are observed, especially regarding the health-disease / reproductive health process and the relationship between health problems and needs of the deprived person. It is therefore urgent to disseminate and seek solutions to such problems in the prison context.

Keywords: Women's health; Reproductive Health; Prison System.

INTRODUÇÃO

A saúde é um direito fundamental de todo ser humano, sem discriminação de etnia, sexo, idade ou condição econômica, social e cultural. As condições de vida e saúde de uma população sofrem constantes influências de fatores como alimentação, transporte, lazer, moradia e segurança, dentre outros. Em um ambiente como a prisão, as condições de confinamento são determinantes para o processo saúde-doença e a relação entre problemas e necessidades de saúde da pessoa que se encontra privada de liberdade. Dada à precariedade do sistema prisional, inúmeros fatores podem provocar inúmeros agravos à saúde das mulheres presas, que já possuíam estilos de vida pouco saudáveis quando em liberdade, o que contribui para o adoecimento dentro desse sistema (SANTOS *et al.*, 2017).

Segundo Lima (2015), a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Execução Penal de 1984 garantem às pessoas privadas de liberdade o direito à educação e saúde. Porém só em 2003 os Ministérios da Justiça e da Saúde firmaram parceria para integrar essas ações em um Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP). A Lei de Execução Penal (LEP) estabelece o direito da mulher privada de liberdade no sistema prisional à atenção integral à saúde e à disponibilidade de estrutura especializada para acolhê-la quando gestante ou parturiente.

Reif (2016), diz que o número de mulheres presas vem aumentando nos últimos anos, em proporção muito maior do que a dos homens. Em 2014, o Brasil chegava à quinta maior população de mulheres encarceradas do mundo (37.380). Em 2000, as mulheres representavam 3,2% da população prisional. Em 2014, elas passaram a representar 6,4% do total de presos. Se antes havia uma divisão mais equilibrada entre os delitos que levavam as mulheres aos presídios, incluindo ações como infanticídio,



Temas em Saúde

Edição especial



ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Artigo

homicídio passional, agora ocorre um incremento nos índices de condenação por tráfico, roubos, sequestros e latrocínios. Ações mais ligadas a benefícios econômicos. Enquanto 25% dos crimes pelos quais os homens respondem estão relacionados ao tráfico, para as mulheres essa proporção chega a 68%. Por outro lado, o número de crimes de roubo registrados para homens é três vezes maior do que para mulheres.

Segundo Silva (2016), diante do grande aumento de pessoas no Sistema Carcerário Brasileiro nos últimos tempos, em especial ao amplo número de mulheres presas nos últimos anos, sendo submetidas a sérias violações da dignidade humana e dos direitos humanos. Apesar das mulheres encarceradas representarem um número inferior ao de homens presos, seus direitos são violados de maneira que seu tratamento não é específico dentro das prisões. Mulheres presas incorporam uma imagem de pessoa ruim diante da sociedade brasileira, sofrendo grande desigualdade de gênero.

Teixeira e colaboradores (2017), apontam que o sistema prisional brasileiro viola os direitos humanos, o que diz respeito à dignidade humana, expondo essas pessoas a condições de vida precárias e sub-humanas. Nesse contexto, vivem as mulheres no sistema penitenciário brasileiro, onde são muitos os problemas, causados pelo descaso, por parte do Governo. Faltam políticas públicas efetivas que possam contribuir para que se tenha uma melhor qualidade de vida, para o grande número de mulheres que lá se encontram. Os presídios proporcionam um ambiente degradante e desumano ao preso, tendo em vista, a superlotação, a falta de estrutura, descaso dos governantes, a falta de assistência médica e até mesmo higiene pessoal, não havendo dentro do presídio se quer um ambulatorial, pois os detentos atualmente estão sendo atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Nessa perspectiva, a veemência em desenvolver a presente pesquisa, surgiu da necessidade da pesquisadora em trazer à tona esse tema que é pouco abordado no meio acadêmico, tornando-se necessário que haja a conscientização de todos para com relação à situação da mulher que ingressa no sistema prisional, bem como, nas eventuais dificuldades enfrentadas por mulheres privadas de liberdade frente à reprodução.

Somando todos esses problemas, fazem com que essas mulheres ingressas no sistema penitenciário ou as que já tenham sido ingressadas, em uma condição possivelmente saudável não saiam de lá sem serem acometidas por uma doença ou apresentando alguma resistência física, e com a saúde, no geral, fragilizada. Destarte, deve ser refletido na sociedade, que as mulheres aprisionadas, independentemente da natureza da sua penalidade, mantêm, acima de tudo, o direito da assistência à saúde e à



**DIFICULDADES ENFRENTADAS POR MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE
FRENTE À REPRODUÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Páginas 116 a 130



Artigo

reprodução, pois elas apenas encontram-se privadas da liberdade, e são portadoras de deveres e direitos humanos, inerentes à sua cidadania, em que lhes sejam oferecidas condições saudáveis, como a ética, o valor da vida, o corpo, autoimagem e autoestima, para que assim elas reflitam sobre a pena recebida.

Dessa forma, considerando a produção científica nacional de publicações em periódicos, objetivou-se realizar uma revisão integrativa, buscando conhecer as dificuldades enfrentadas pelas mulheres privadas de liberdade frente à reprodução.

METODOLOGIA

A pesquisa se trata de uma análise integrativa acerca das dificuldades enfrentadas por mulheres privadas de liberdade frente à reprodução.

Esper; Cunha (2015) definem que revisão integrativa permite resumir o passado da literatura, de modo que se alcance uma compreensão mais abrangente de um fenômeno em particular, apresentando-se o estado da técnica e permitindo a contribuição ao desenvolvimento teórico da área estudada com a geração de novos conhecimentos, assim como com implicações para as práticas organizacionais. Esse tipo de revisão é composto pelas seguintes seis fases: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; caracterização dos estudos selecionados; análise e interpretação dos resultados; e apresentação da revisão.

Para a elaboração da pesquisa, buscou-se artigos científicos na literatura brasileira publicados, no recorte temporal 2012 a 2017. Os critérios de exclusão foram: resumos, artigos incompletos ou revisões bibliográficas, monografias, dissertações e teses que não estivessem em língua portuguesa e que não estejam entre o período de 2012 a 2017.

Os artigos científicos foram encontrados nas seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Banco de dados em enfermagem (BDenf) e Literatura Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (LILACS). Foram utilizados os descritores: Saúde da mulher. Saúde Reprodutiva. Sistema Prisional, de acordo com a classificação de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS).



Temas em Saúde

Edição especial



ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Artigo

Foram identificados 27 estudos nas bases de dados abordadas, sendo 13 da Scielo, 10 da LILACS e 4 da BDef. Os critérios de elegibilidade para inclusão na amostra contemplavam estudos que abordassem o tema proposto; tivessem sido publicados no recorte temporal supracitado e em língua portuguesa. A partir dos resultados da busca, foi executado o trabalho de eliminação de artigos não correlatos à temática em estudo, artigos não disponíveis de forma gratuita na íntegra e duplicidades. Após uma análise minuciosa, 10 se adequavam aos critérios de inclusão, compondo a amostra final desta revisão integrativa.

Após a leitura minuciosa dos artigos, os estudos incluídos na revisão foram analisados de forma sistemática em relação aos seus títulos, autores, ano de publicação, objetivos, métodos e resultados, permitindo que o leitor analise o conhecimento pré-existente sobre o tema investigado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta Revisão Integrativa da Literatura, foram analisados dez artigos que atenderam aos critérios de inclusão previamente definidos. Na sequência são percorridos os resultados alcançados com a proposta do estudo.

Na Tabela 1, são descritas as variáveis: autores, ano de publicação, título, periódicos, local e delineamento metodológico. Quanto aos artigos indexados a essa pesquisa, os resultados mostram que 100% da amostra foram publicados em periódicos nacionais (revistas brasileiras), sendo na sua totalidade na área da saúde.



DIFICULDADES ENFRENTADAS POR MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE
FRENTE À REPRODUÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Páginas 116 a 130



Artigo

Tabela 1 – Distribuição dos artigos incluídos no estudo, segundo os Autores, Títulos, Periódicos, Ano de Publicação, Local e Delineamento.

AUTORES / ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	PERIÓDICO / LOCAL	DELINEAMENTO
Lessa <i>et al.</i> , (2012)	Presença de lesões intraepiteliais de alto grau entre mulheres privadas de liberdade: estudo documental	Revista Latino-Americana de Enfermagem / São Paulo	Estudo documental, retrospectivo, com abordagem quantitativa
Mourão <i>et al.</i> , (2015)	Promoção da saúde de mulheres encarceradas: um relato de experiência	Sanare / Sobral	Estudo descritivo-exploratório, do tipo relato de experiência
Nicolau <i>et al.</i> , (2015)	Determinantes sociais proximais relacionados ao câncer cervicouterino em mulheres privadas de liberdade	Reme: Revista Mineira de Enfermagem / Belo Horizonte	Pesquisa descritiva e quantitativa
Santana; Oliveira; Bispo (2016)	Mães do cárcere: vivências de gestantes frente à assistência no pré-natal	Revista Baiana de Saúde Pública / Salvador	Pesquisa, de caráter qualitativo
Lopes; Ribeiro (2016)	Trajetórias de mulheres privadas de liberdade: práticas de cuidado no reconhecimento do direito à saúde no Centro de Referência de Gestantes de Minas Gerais	Physis: Revista de Saúde Coletiva / São Paulo	Pesquisa qualitativa com referencial a fenomenologia sociológica
Pereira (2016)	Famílias de mulheres presas, promoção da saúde e acesso às políticas sociais no Distrito Federal, Brasil	Ciências e saúde coletiva / São Paulo	Estudo qualitativo por meio de observação participante
Trigueiro <i>et al.</i> , (2016)	Aids e cárcere: representações sociais de mulheres em situação de privação de liberdade	Revista da Escola de Enfermagem da USP / São Paulo	Estudo exploratório e descritivo, com abordagem quanti-qualitativa
Santos <i>et al.</i> , (2017)	A saúde física de mulheres privadas de liberdade em uma	Escola Anna Nery / Rio de Janeiro	Estudo descritivo com abordagem qualitativa





Artigo

	penitenciária do estado do Rio de Janeiro		
Santos <i>et al.</i> , (2017)	Saúde de mulheres no climatério em sistema prisional	Cogitare Enfermagem / Rio de Janeiro	Pesquisa exploratória, descritiva, com abordagem qualitativa
Teixeira <i>et al.</i> , (2017)	Saúde da mulher encarcerada: uma proposta de intervenção, amor e vida	RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação / Araraquara	Estudo de abordagem qualitativo

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Com relação a distribuição dos artigos incluídos na pesquisa segundo o número de autores, identifica-se que prevaleceu a quantidade de quatro ou mais autores. No que concerne ao período de publicação evidencia-se que a maioria concentrou-se no ano de 2016, onde observou-se que não foram encontradas publicações datadas dos anos de 2013 e 2014.

Quanto aos periódicos onde os artigos foram encontrados, são os seguintes: Revista Latino-Americana de Enfermagem, Sanare, Reme: Revista Mineira de Enfermagem, Revista Baiana de Saúde Pública, Physis: Revista de Saúde Coletiva, Ciências e saúde coletiva, Revista da Escola de Enfermagem da USP, Escola Anna Nery, Cogitare Enfermagem e RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação.

Referindo-se ao tipo de delineamento metodológico, evidenciou-se na amostra: seis estudos qualitativos; seguidos de dois estudos quantitativos; um relato de experiência, e um estudo quantiquantitativo.

As contribuições são:

1. **Lessa *et al.*, (2012):** desenvolveram seu estudo em uma penitenciária feminina do Ceará, Brasil, com amostra de 672 prontuários. Quanto aos achados microbiológicos, foi verificado que a principal colonização cérvico-vaginal foram os bacilos sugestivos de *Gardnerella/Mobiluncus* com 21,8%, seguidos de *Trichomonas vaginalis* 12% e *Candida sp* em 5,8%. As





Artigo

frequências de amostras com atipias celulares mostraram índices de 4,1% para atipias de significado indeterminado; lesões intraepiteliais de baixo grau 3,2% e lesões intraepiteliais de alto grau 2,5%. A partir desses resultados, nota-se a importância do rastreamento do câncer cervical nos presídios femininos, bem como a inserção do enfermeiro nesse ambiente, garantindo cuidado individualizado e de qualidade para as mulheres privadas de liberdade.

- Mourão *et al.*, (2015):** observam que as mulheres encarceradas receberam orientação sobre a importância dos exames clínicos de mama e citopatológico e o uso de métodos contraceptivos, com destaque para a dupla proteção, sobre os fatores de risco para as doenças sexualmente transmissíveis (DST), sobre o uso do sulfato ferroso e do ácido fólico por gestantes e elas foram educadas acerca do autocuidado. Apesar da implantação do “Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário”, o sistema carcerário ainda carece de assistência de saúde, pois faltam profissionais capacitados e disponíveis para nele trabalhar, bem como equipamentos suficientes para um atendimento de saúde de qualidade. Os autores concluíram que o estágio e a vivência foram importantes para mostrar a atual realidade das mulheres privadas de liberdade e promover seu direito à assistência à saúde.
- Nicolau *et al.*, (2015):** compreendem que diante dos primeiros determinantes sociais estudados, infere-se que os fatores sociodemográficos das presidiárias revelaram uma maioria de jovens, solteiras, com baixa escolaridade e renda familiar mensal, presas especialmente por tráfico de drogas. As vulnerabilidades próprias da juventude articuladas ao desdobramento das más-condições socioeconômicas podem catalisar processos patológicos, sobretudo, o câncer cervicouterino. Compuseram riscos sexuais e reprodutivos à precocidade da coitarca, o não uso do preservativo, a paridade e a baixa cobertura do rastreamento na instituição prisional. A multiplicidade de parceiros nos últimos três meses não se mostrou predisponente, pela estabilidade e pouca variedade de parceiros sexuais da amostra. No entanto, as questões de gênero que resultam na submissão feminina na prática de relações sexuais desprotegidas, o desconhecimento do estado de liberdade do





Artigo

parceiro e de sua atual variedade de parceiras e o fato de estarem sexualmente ativas já são importantes fatores de vulnerabilidade, acrescida da história pregressa da prática da prostituição por mais de um terço da amostra. O fato de a mulher e seu parceiro ou parceira também estarem aprisionados agravam os riscos de contrair infecções, inclusive as de transmissão sexual. Estratégias de prevenção e controle do câncer cervicouterino no ambiente prisional respaldadas pelo MACC devem ser fortalecidas para a real concretização dos pressupostos estabelecidos pelo PNSSP, de modo a englobar a complexidade dos fatores envolvidos na trajetória de vida das presidiárias e na atual situação de cárcere.

- 4. Santana; Oliveira; Bispo (2016):** expõem que os resultados evidenciaram que, dentre as inúmeras situações que flagelam o sistema prisional, a falta de estrutura é um dos pontos mais relevantes para as gestantes privadas de liberdade, visto que interfere diretamente na qualidade da assistência do pré-natal. Concluiu-se que o acesso da população penitenciária feminina às ações e serviços de saúde voltadas para a atenção integral, com foco nas ações preventivas e curativas, no que se refere ao atendimento humanizado e de qualidade no pré-natal, parto e puerpério, ainda não é uma realidade.
- 5. Lopes; Ribeiro (2016):** acrescentam que diante dos relatórios e estudos sobre a situação de vulnerabilidade e inviabilidade vivida por mulheres em situação de privação de liberdade, a pesquisa buscou discutir, uma experiência de cuidado prestada a mulheres de um Centro de Referência de Minas Gerais. Espera-se que a nova perspectiva de leitura do contexto vivido por essas mulheres e trabalhadores permita colaborar para a identificação de novas formas de cuidado, permeadas de conflitos e consensos, mas também da possibilidade de essas mulheres se reconhecerem como usuárias na relação de cuidado com os profissionais. Entretanto, apesar de as especificidades de gênero no cuidado a essas mulheres estarem presentes nessa experiência, algumas questões merecem aprofundamento, como o exercício da “maternidade” nesses locais como o principal componente de seu processo de ressocialização. A análise do cuidado dessas mulheres busca dar visibilidade às formas de cuidado mais solidárias, em que a garantia à



Temas em Saúde

Edição especial



ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Artigo

saúde e a um cuidado integral não seja apenas o cumprimento de um direito individual, mas uma nova forma de tratar a questão junto à sociedade.

- 6. Pereira (2016):** justifica que a partir das narrativas de cansaço que foram apresentadas pelas famílias das mulheres presas na PFDF apontam para, pelo menos, duas questões importantes para pensarmos em termos de promoção da saúde da população penitenciária feminina. A primeira é que existe um vínculo importante entre os dois mundos cortados pelas grades da prisão, traduzido pela expressão “puxar cadeia”. Tanto as presas, quanto sua rede de relações “puxam cadeia”. Este vínculo, especialmente com as visitantes, produz a manutenção das relações sociais das presas e, neste sentido, possibilita uma possível reinserção na família de origem. O que as narrativas trabalhadas nos dizem é que, de alguma forma, os dias de visita podem ser elementos essenciais para a qualidade de vida, tanto da presa, quanto de seus familiares. Como nos aponta a literatura, a manutenção dos laços sociais pode ser pensada em termos de determinantes sociais da saúde.
- 7. Trigueiro et al., (2016):** explicam que a partir da delimitação representacional da AIDS, reflete-se que os avanços na inclusão da população privada de liberdade nas políticas públicas de saúde não estão em conformidade com a prática assistencial dispensada no cárcere. Embora permaneçam cristalizados posicionamentos quanto ao objeto “AIDS”, como doença associada à morte, observa-se a incorporação de elementos novos às suas representações, tais como prevenção, tratamento e aumento de sobrevivência. Frente a tais reflexões, alerta-se para a necessidade de se repensar a logística e a garantia de atenção à saúde em todos os níveis de complexidade, além de ações locais que envolvam uma educação em saúde problematizadora, voltada à realidade do contexto prisional. Nessa perspectiva do cuidado no regime de reclusão, aponta-se, também, a necessidade de viabilização de insumos que sirvam como medidas protetivas contra o HIV em atividades indispensáveis à higiene, à vaidade ou à sexualidade, como a retirada de cutículas e pelos, a confecção de tatuagem, a colocação de brincos e piercing e a realização do ato sexual. Além da



DIFICULDADES ENFRENTADAS POR MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE
FRENTE À REPRODUÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Páginas 116 a 130



Artigo

sensibilização desse público para mudanças que incorporem de fato atitudes de autocuidado.

8. **Santos *et al.*, (2017):** discorrem que ao analisar a saúde das mulheres encarceradas, a partir dos registros destacados nas falas destas, tornou-se possível observar que existem dificuldades no cotidiano da instituição prisional que interferem nas condições de saúde física das mesmas, desde a dificuldade relacionada à alimentação, tabagismo, sedentarismo, descontrole do peso, ociosidade, restrição às atividades físicas direcionadas, até a exposição corporal diária ao sol. Mesmo sem possibilidades de generalizações, o estudo permitiu inferir que a instituição prisional ainda tem se apresentado como um local propenso à existência de doenças crônicas degenerativas e transmissíveis como, por exemplo, hipertensão, diabetes, sífilis e HIV/AIDS. Logo, intervenções institucionais relacionadas ao estímulo do próprio cuidado e à proteção da saúde precisam ser implementadas, pois, evitar o surgimento de morbidades relacionadas ao período de encarceramento pode ser um ponto decisivo para o retorno da mulher ao mercado de trabalho e à vida cotidiana. Ademais, é preciso considerar que as mulheres encarceradas têm direito à saúde, como os demais cidadãos, há existência de uma Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. De modo específico, provoca questões responsáveis por almejar mudanças relacionadas às condições de saúde da população feminina encarcerada e às estruturas institucionais.

9. **Santos *et al.*, (2017):** explicam que a partir da análise temática, foram identificadas duas categorias: Sintomatologia referente ao período do climatério e Problemas que afetam a saúde de mulheres privadas de liberdade. A maioria das entrevistadas passaram pelo período do climatério de maneira desconfortável, tendo a saúde afetada de algum modo durante a prisão. Assim, o climatério, sobretudo em situações de privação de liberdade, deve ser mais explorado pelas políticas públicas de saúde contribuindo para melhoria das condições de vida desse grupo específico.





Artigo

- 10. Teixeira *et al.*, (2017):** identificaram nos dados socioeconômicos, assim como os discursos das mulheres reclusas, que revelaram o ponto de vista sobre a atenção, prevenção e promoção à saúde recebida no presídio, o conhecimento sobre as doenças sexuais que as acometem, assim como o tratamento e educação em saúde, opiniões sobre as campanhas e propagandas do Ministério da Saúde direcionadas à mulher e interesses sobre assuntos para serem discutidos em próximos encontros. Com isso, observa-se a importância de políticas públicas que estabeleçam estratégias de prevenção e promoção à saúde na busca por uma qualidade de vida destas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa aborda uma temática demasiadamente atual e carrega consigo uma responsabilidade social relevante, uma vez que, a saúde das mulheres privadas de liberdade é algo pouco discutido e abordado nos meios midiáticos, bem como, nas publicações acadêmicas. Foi observado que o estudo vem ganhando notoriedade, principalmente nos dois últimos anos, o que denota a importância social e acadêmica de discutirmos algo tão relevante no cenário da saúde coletiva.

As dificuldades sofridas pelas mulheres são pontuais, pois, elas estão mais expostas que os homens as mais variadas doenças infectocontagiosas, como tuberculose, leptospirose, pediculose, entre outras, causadas justamente em virtude das condições de insalubridade e superpopulação dos presídios, como também doenças sexualmente transmissíveis, depressão e outras enfermidades no campo emocional e acabam sofrendo uma dupla estigmatização, pois, a família e a sociedade passam a ver essa mulher de forma diferenciada.

Diante do que foi abordado, conclui-se que existe uma acentuada violação dos direitos das mulheres presas nos presídios brasileiros, onde se vê a falta de atenção a direitos essenciais, como à saúde/saúde reprodutiva, sendo totalmente negligenciadas, passando por situações deploráveis, nas quais não têm o mínimo para sobreviverem ao ambiente hostil ao qual estão inseridas, fazendo com que elas saiam da prisão com a saúde totalmente fragilizada.





Artigo

REFERÊNCIAS

- ESPER, A. J. F.; CUNHA, C. J. A. **Liderança autêntica: uma revisão integrativa.** Navus – Revista de Gestão e Tecnologia, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 60-72, abr./jun., 2015.
- FERREIRA, P. B. **As mulheres no cárcere: reflexões acerca de gênero e direitos humanos.** 2016. 40p. Monografia [Graduação]. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2016.
- LESSA, P. R. A. *et al.* **Presença de lesões intraepiteliais de alto grau entre mulheres privadas de liberdade: estudo documental.** Rev. Latino-Am. Enfermagem, v. 20, n. 2, 9 telas, mar.-abr., 2012.
- LIMA, J. F. **O direito à saúde das mulheres gestantes e puérperas no Sistema Penitenciário Feminino do Distrito Federal.** 2015. 62p. Monografia [Graduação]. Universidade de Brasília. Brasília, 2015.
- LOPES, T. C.; PINHEIRO, R. **Trajetórias de mulheres privadas de liberdade: práticas de cuidado no reconhecimento do direito à saúde no Centro de Referência de Gestantes de Minas Gerais.** Physis – Revista de Saúde Coletiva, São Paulo, v. 26, n. 4, out.-dez., 2016.
- MOURÃO, L. F. **Promoção da saúde de mulheres encarceradas: um relato de experiência.** Sanare, Sobral, v. 14, n. 01, p. 52-57, jan./jun. 2015.
- NICOLAU, A. I. O. *et al.* **Determinantes sociais proximais relacionados ao câncer cervicouterino em mulheres privadas de liberdade.** Reme: Revista Mineira de Enfermagem, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, jul./set., 2015.
- PEREIRA, É. L. **Famílias de mulheres presas, promoção da saúde e acesso às políticas sociais no Distrito Federal, Brasil.** Ciênc. saúde colet., v. 21, n. 7, jun., 2016.



Temas em Saúde

Edição especial



ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Artigo

REIF, K. S. **Em liberdade: narrativas biográficas de mulheres com experiências de encarceramento.** 2016. 89p. Dissertação [Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul. Porto Alegre, 2016.

SANTANA, A. T.; OLIVEIRA, G. R. S. A.; BISPO, T. C. F. **Mães do cárcere: vivências de gestantes frente à assistência no pré-natal.** Revista Baiana de Saúde Pública, v. 40, n. 1, p. 38-54, jan./mar., 2016.

SANTOS, M. V. *et al.* **A saúde física de mulheres privadas de liberdade em uma penitenciária do estado do Rio de Janeiro.** Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, abr., 2017.

SANTOS, R. C. F. *et al.* **Saúde de mulheres no climatério em sistema prisional.** Cogitare Enferm., v. 22, n. 1, p. 01-08, Jan/mar., 2017.

SILVA, C. M. **O direito à saúde da mulher no sistema carcerário brasileiro.** 2016. 48p. Monografia [Graduação]. Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico - Faculdade ASCES. Caruaru, 2016.

TEIXEIRA, M. M. S. *et al.* **Saúde da mulher carcerária: uma proposta de intervenção, amor e vida.** Revista Ibero Americana de Estudos em Educação- IAEE, v. 12, n. 3, p. 1659-1673, jul-set., 2017.

TRIGUEIRO, D. R. S. G. *et al.* **Aids e cárcere: representações sociais de mulheres em situação de privação de liberdade.** Rev Esc Enferm USP, São Paulo, v. 50, n. 4, p. 554-561, 2016.



DIFICULDADES ENFRENTADAS POR MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE
FRENTE À REPRODUÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Páginas 116 a 130